

Segundo Reinado

Teoria

A ascensão de D. Pedro II ao poder marcou o fim do Período Regencial (1831–1840), que foi protagonizado por uma série de revoltas e por uma instabilidade política que preocupava as elites brasileiras. D. Pedro II assumiu o trono com apenas 14 anos de idade, após uma armação política da ala liberal das elites brasileiras.

O Segundo Reinado pode ser historicamente dividido em três fases:

- **Consolidação** (1840–1850): etapa em que D. Pedro II assumiu o poder e conseguiu conciliar os interesses dos partidos políticos. Além disso, foi o momento em que ele conseguiu abafar as revoltas e resolver os conflitos emancipacionistas.
- **Apogeu** (1850–1870): fase em que o projeto político do Segundo Reinado foi consolidado, com relativa estabilidade política, econômica e social.
- **Declínio** (1870–1889): período em que as contradições políticas atingiram a figura do imperador, fazendo com que seu governo passe a ser questionado, principalmente depois da Guerra do Paraguai.

O Brasil de D. Pedro II

Do ponto de vista político, o período do Segundo Reinado foi marcado pela instituição do “**Parlamentarismo às avessas**”. Com esse modelo, o imperador escolhia o presidente do Conselho de Ministros, a partir do Poder Moderador. O **Poder Moderador** garantia, ainda, a D. Pedro II demitir o ministro-presidente do Conselho caso houvesse divergência de interesses ou mesmo dissolver o Parlamento. Ao contrário do modelo britânico, em que o monarca era submetido ao Parlamento, no Brasil ele não limitava os poderes do Imperador – daí a nomenclatura “às avessas”.

Por meio dele, D. Pedro II pôde garantir a estabilidade política do país, assim como colocar em prática uma política de revezamento que alternava entre **liberais** (luzias) e **conservadores** (saquaremas) no poder. Esses dois partidos dominaram o cenário político durante o Segundo Reinado. Os conservadores defendiam um governo imperial forte e centralizado, enquanto os liberais lutavam por uma descentralização, concedendo certa autonomia às províncias. No entanto, quando conquistaram o poder, liberais e conservadores não apresentavam atitudes muito diferentes, já que ambos eram partidos de elite. Foi devido a isso que foram apelidados de “farinha do mesmo saco”.



Vai um cafezinho aí?

Do ponto de vista econômico, a produção cafeeira se expandiu a partir de 1850, o que garantiu certa estabilidade ao Império. Importante frisar que a estrutura econômica do Brasil não havia sido alterada desde a independência; portanto, ela se mantinha **agroexportadora e escravista**. A cafeicultura, de forma similar ao que aconteceu durante o período colonial, forneceu uma base sólida para o domínio econômico dos grandes proprietários rurais.

O plantio de café se iniciou nas regiões vizinhas ao Rio de Janeiro, como no **Vale do Paraíba**, e proporcionou o surgimento de uma nova elite, composta pelos “barões do café”. Apesar da riqueza gerada, a cultura do café na região utilizava técnicas rudimentares, o que causou um acelerado esgotamento do solo no local. Embora tenha ocorrido o declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba, ela entrou em expansão no **Oeste Paulista**, região onde o solo, de terra roxa, era extremamente fértil para o plantio de café.



A região rapidamente despontou como a grande produtora de café, com uma elite que tinha um pensamento mais “modernizante” e dinâmico com relação ao investimento na melhoria da produção. E os investimentos dos cafeicultores paulistas não foram apenas na melhoria da plantação do café; mais para a frente veremos que eles também investiram em indústrias durante o surto industrial que ocorreu no Brasil imperial. Muitos

pesquisadores associam a esses paulistas uma visão mais empresarial do negócio, o que teria possibilitado a aplicação de novas tecnologias e a defesa do emprego do trabalho assalariado. Mas, se liga, isso não quer dizer que esses cafeicultores não utilizavam mão de obra escrava, porque eles usavam!

Um dos fatores que promoveram a interiorização da produção cafeeira foi a implantação de **ferrovias** na região, o que facilitava o deslocamento populacional e o escoamento do produto. Em um contexto mundial de expansão da Segunda Revolução Industrial, a implantação dessas ferrovias, em substituição às viagens feitas no lombo de mula, representou o momento de crescimento econômico do país. Elas não eram apenas um meio de transporte, as estradas de ferro se transformaram em um símbolo de **modernidade e progresso**.

Ainda no âmbito econômico, em 1844 foi aprovada a **Tarifa Alves Branco**. Na prática, a medida protecionista estabelecia a taxação em 30% de produtos estrangeiros que entrassem no Brasil (o dobro dos 15% estabelecidos anteriormente). Caso o Brasil produzisse similares, essa taxa seria ainda maior, podendo chegar a 60%. Seu principal objetivo era equilibrar a balança comercial brasileira e aumentar a arrecadação por parte do Estado Imperial. A tarifa, no entanto, acabou operando como um incentivo aos surtos industriais ocorridos durante o Segundo Reinado.

A reunião de fatores favoráveis – à abolição do tráfico (1850), a tarifa Alves Branco e a ascensão do café – estimularam empreendimento urbanos. Foi nesse momento que surgiu a figura do **Barão de Mauá**, empresário que fez importantes investimentos em infraestrutura, como a criação de estaleiros e fundições, companhias de linhas telegráficas, ferrovias, iluminação a gás, transporte urbano etc. É importante ressaltar que a industrialização veio acompanhada da palavra “**surto**”, porque foi algo esporádico e que não teve uma longa duração, tanto por pressão interna quanto por pressão externa.

Brasil, meu Brasil brasileiro

Em contraste com a Regência, no Segundo Reinado o país vivenciou uma fase de relativa prosperidade. Para amarrar todo esse processo de crescimento e relativa paz, D. Pedro II investia em formas de forjar um **ideal de nação** e na construção de **uma memória nacional** – que, para muitos pesquisadores, ainda era algo de que o Brasil carecia.

Para responder tais questões, o imperador deu continuidade ao projeto fundado pelos regentes, em torno do **Instituto Geográfico Brasileiro (IHGB)**. O instituto, que já investigava as “origens” da nação brasileira, ganhou a missão de consolidar a imagem do imperador como o grande líder da nação.

A questão da mão de obra

Como comentado anteriormente, a economia cafeeira reforçou os quadros sociais herdados do período colonial, como a escravidão, a grande propriedade de terra, a monocultura e a produção voltada ao mercado externo. Nesse contexto, tornaram-se crescentes as **pressões inglesas** para que o Brasil abolisse o tráfico negreiro. A passividade do governo brasileiro em relação aos compromissos anteriormente firmados com a Inglaterra levou o Parlamento britânico a aprovar, em 1845, a **Lei Bill Aberdeen**, conferindo à marinha inglesa o direito de aprisionar navios negreiros e fazer os traficantes responderem pelo crime em tribunais ingleses, ou seja, o tráfico de escravizados estava proibido no Atlântico Sul.



A lei britânica contribuiu para a criação de leis abolicionistas no Brasil, como a **Lei Eusébio de Queirós (1850)**, que proibia a entrada de novos escravizados no país. Com a proibição do tráfico internacional, iniciou-se um processo de abolição gradual, que enfrentaria a oposição das elites escravistas. A diminuição de fornecimento de escravizados levou os latifundiários a buscarem novas formas de trabalho, recorrendo, assim, à **imigração**. O incentivo, por parte do próprio governo, à vinda dos europeus encontrava apoio na ideia racista de que era preciso “**embranquecer**” a população brasileira, formada majoritariamente por negros.

O declínio imperial

A Guerra do Paraguai pode ser considerada um divisor de águas na história do Segundo Reinado, marcando o início de um processo de fragilização do Império e de questionamentos à política de D. Pedro II. Ocorrida de 1864 a 1870, a guerra opôs Brasil, Uruguai e Argentina (chamados de Tríplice Aliança) contra o Paraguai; e pode ser compreendida a partir das disputas no entorno da Região do Prata, que existiam desde o período colonial.

Após a Guerra do Paraguai houve um crescimento da “campanha abolicionista”, que passou a receber apoio de políticos, intelectuais e militares, com grande destaque para indivíduos como **Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Luís Gama, Castro Alves, André Rebouças, Maria Firmina dos Reis, Adelina** e **Chico do Aracati**. As propagandas abolicionistas circulavam por diversos

setores da sociedade, como teatros, salões, quartéis e assembleias, mas foi principalmente por meio da imprensa que o movimento cresceu.

A participação dos escravizados na guerra fortaleceu o abolicionismo, e a conjuntura externa – com o fortalecimento do capitalismo industrial e o crescimento de um movimento contra a escravidão no exterior – também foi favorável à abolição da escravidão. Logo, ao longo da segunda metade do século XIX, o governo aprovou importantes leis abolicionistas, como a **Lei do Ventre Livre (1871)**, a **Lei dos Sexagenários (1885)** e a **Lei Áurea (1888)**.

Vale destacar, ainda, que, ao longo do Segundo Reinado, a aprovação de algumas leis passaram a limitar cada vez mais alguns direitos civis, sobretudo aos mais pobres e aos recém-libertos. Em 1850, por exemplo, foi decretada a **Lei de Terras** (no mesmo ano da aprovação da Lei Eusébio de Queirós), que tratou de restringir a posse de terras no Brasil, estabelecendo que só poderiam ser adquiridas por compra e venda ou por doação do Estado. Os altos preços de compra e a dificuldade na regularização garantiam aos latifundiários a manutenção do domínio territorial e socioeconômico. Conservavam-se, assim, as raízes da exploração da classe dominante no Brasil, a partir do latifúndio e da reprodução de sua desigualdade social.

A crise da monarquia

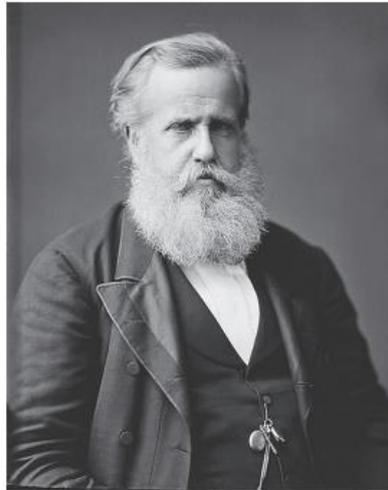
A partir de 1870, era cada vez mais difícil para o Império conciliar interesses conflitantes. Como elemento de desestruturação da monarquia, destacamos o movimento republicano, os conflitos do governo imperial com a Igreja e o Exército e, sobretudo, o processo abolicionista.

- **Movimento republicano:** Após a Guerra do Paraguai, o movimento republicano se estruturou. Seus líderes lançaram o Manifesto Republicano, em que declaravam que “somos América e queremos ser americanos”, em referência ao fato de o Brasil ser o único país da América que mantinha o regime monárquico. Com o desgaste do Império, o movimento ganhava cada vez mais força.
 - **Questão religiosa:** A interferência do imperador em assuntos da Igreja Católica não agradava aos religiosos. Ao imperador, por exemplo, era facultado o direito ao padroado (prerrogativa de preencher os cargos eclesiásticos mais importantes) e ao beneplácito (aprovação das ordens e bulas papais para que fossem cumpridas, ou não, em território nacional). A insatisfação do clero católico brasileiro ampliou o apoio da Igreja à Proclamação da República.
 - **Questão militar:** Vitorioso na Guerra do Paraguai, o Exército adquiriu mais força e expressão política, desejando influir mais ativamente na vida pública. Muitos oficiais eram, inclusive, reprimidos por manifestarem opiniões publicamente. Defensores do republicanismo, o Exército foi o grande articulador do fim da monarquia no Brasil. A influência dos ideais positivistas e a insatisfação com a baixa valorização da corporação foram os grandes motivos que os levaram a conspirar contra a monarquia.
 - **Questão abolicionista:** Os abolicionistas, que associavam à escravidão ao atraso do país, acabavam por também colocar o regime monárquico junto a essa mesma ideia. Conforme o movimento ganhava força – e leis abolicionistas eram aprovadas –, ampliava-se o desgaste entre o governo monárquico e os proprietários de terra. Em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, houve o rompimento entre senhores de escravizados e o governo imperial. A partir disso, D. Pedro II se viu isolado, fato que contribuiu para a Proclamação da República.
-

Diante do isolamento do então imperador, em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca liderou o movimento que derrubou a monarquia e realizou a Proclamação da República. Dois dias depois, D. Pedro II exilou-se na Europa. Terminava a monarquia no Brasil.

Exercícios

1. (Encceja, Ensino Médio, 2018)



Desde os primeiros dias da República, os autores de livros didáticos para os cursos primário e secundário, obedecendo a critérios definidos pelas autoridades de governo na área da educação, passaram a estampar o retrato de D. Pedro II com as longas barbas e o aspecto cansado dos seus últimos anos de vida para associar à Monarquia a imagem de velhice e coisa antiga.

(SILVA, P. N. N. *Monarquia: verdades e mentiras*. São Paulo: GRD, 1994 (adaptado).)

De acordo com o texto, o uso que se fez da imagem de D. Pedro II tinha o objetivo de

- (A) valorizar uma tradição nacional.
 - (B) denunciar um costume aristocrático.
 - (C) promover um estilo artístico.
 - (D) desqualificar um regime político.
2. (Encceja, Ensino Fundamental, 2018) **Texto I**

No Brasil, com o fim da escravidão, nada foi oferecido aos libertos além da liberdade – nem escolas, nem terras e muito menos direitos civis.

(PAMPLONA, M. A. *Direitos suados e lembrados*. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 66, mar. 2011 (adaptado).)

Texto II

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade era de 13,3% para pretos em 2009, de 13,4% para pardos e de 5,9% para brancos.

(Disponível em: <http://educacao.uol.com.br>. Acesso em: 26 abr. 2011.)

A forma como ocorreu a abolição da escravidão no Brasil está relacionada à histórica desigualdade de acesso à educação entre brancos e negros no país. Tal relação se deu porque o(a)

- (A) ex-escravo passou a exercer trabalhos que não exigiam formação técnica e escolar.
 - (B) abolição não foi acompanhada das reformas necessárias para a inclusão social dos libertos e seus descendentes.
 - (C) saída das fazendas retirou dos ex-escravos a possibilidade de frequentar escolas.
 - (D) fim da escravidão causou a diminuição dos recursos econômicos até então disponíveis para a educação pública.
-

3. (Encceja PPL, Ensino Fundamental, 2018) **Texto I**
O Paraguai é descrito como um país sem analfabetos e onde todos tinham terras para trabalhar. Possuía telégrafo, estaleiro, correios, fundição e tudo construído com recursos próprios. Uma situação que os ingleses não iriam permitir, e para proteger seus interesses comerciais e financeiros, a Inglaterra manipulou o Brasil, a Argentina e o Uruguai para destruir o desenvolvimento do Paraguai.

(Guerra do Paraguai. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 14 set. 2013.)

Texto II

A guerra está relacionada às tentativas do governo do ditador paraguaio, Francisco Solano López, de colocar em prática uma proposta expansionista, com o objetivo de ampliar o território do seu país, apossando-se de terras dos países vizinhos, e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú.

(Guerra do Paraguai. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br>. Acesso em: 14 set. 2013.)

A comparação entre esses dois textos revela diferentes visões sobre os(as)

- (A) interesses do Império brasileiro na região.
 - (B) causas que colocaram os países em conflito.
 - (C) acordos entre os países da bacia do Rio da Prata.
 - (D) situações socioeconômicas dos países envolvidos.
4. (Encceja PPL, Ensino Fundamental, 2018) Em 1865 a Constituição norte-americana acabou com a escravidão nos EUA, e o Estado assumiu a responsabilidade pelos libertos, garantindo registro de identidade, oferecendo terras para o cultivo e reunindo parentes que haviam se espalhado no período da escravidão. No Brasil, em 1888, com o fim da escravidão, nada foi oferecido pela monarquia aos libertos além da liberdade – nem escolas, nem terras e muito menos direitos civis como o registro de identidade.

(PAMPLONA, M. A. Direitos suados e lembrados. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 66, mar. 2011 (adaptado).)

O texto compara o tratamento dado aos ex-escravos, libertados com o fim da escravidão, no Brasil e nos EUA em fins do século XIX. Comparando as ações dos dois países, os direitos dos libertos foram

- (A) ampliados pelas leis brasileiras.
 - (B) respeitados nos dois países.
 - (C) garantidos no Brasil.
 - (D) maiores nos Estados Unidos.
-

5. (Encceja PPL, Ensino Médio, 2018) A partir do final da década de 1870, as novas condições econômicas e sociais que alteravam a realidade brasileira possibilitaram a organização do movimento abolicionista no Brasil. A progressiva introdução do trabalho livre dos imigrantes europeus nas fazendas, a crescente urbanização e a diversificação da economia do Centro-Sul provocaram uma verdadeira divisão entre os proprietários. Enquanto escravocratas e abolicionistas enfrentavam-se no Parlamento, proliferavam os jornais, os clubes e as associações abolicionistas, e intensificavam-se as manifestações e comícios nas ruas das cidades.

(TEIXEIRA, F. M. P.; TOTINI, M. E. *História econômica e administrativa do Brasil*. São Paulo: Ática, 1991 (adaptado).)

Um grupo da camada social dominante brasileira que se opôs fortemente ao movimento citado era aquele composto pelos

- (A) oficiais do exército do Império.
 - (B) cafeicultores do Vale do Paraíba.
 - (C) industriais da cidade de São Paulo.
 - (D) pecuaristas do sertão do Nordeste.
6. (Encceja PPL, Ensino Fundamental, 2017) Além de sua fábrica a vapor, o português, Jose de Seixas Magalhães possuía uma chácara no Leblon, região da cidade do Rio de Janeiro, onde cultivava flores com o auxílio de escravos fugidos. Seixas ajudava os fugitivos e só escondia na chácara com a cumplicidade dos principais abolicionistas da capital do Império.

(SILVA, E. *As camélias do Leblon e a Abolição da escravatura*. Disponível em: www.casarui Barbosa.gov.br . Acesso em: 31 ago. 2014 (adaptado).)

Que forma de resistência a escravidão é demonstrada no texto?

- (A) Formação de quilombo urbano.
 - (B) Organização de irmandade religiosa.
 - (C) Compra de carta de alforria.
 - (D) Assassinato de proprietário cruel.
-

7.



(<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/22740414-f93-3ef/FT1086A/A-redencao-de-Cam.jpg>.)

Na imagem, o autor procura representar as diferentes gerações de uma família associada a uma noção consagrada pelas elites intelectuais da época, que era a de

- (A) defesa da democracia racial.
 - (B) idealização do universo rural.
 - (C) crise dos valores republicanos.
 - (D) constatação do atraso sertanejo.
 - (E) embranquecimento da população.
8. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) reuniu historiadores, romancistas, poetas, administradores públicos e políticos em torno da investigação a respeito do caráter brasileiro. Em certo sentido, a estrutura dessa instituição, pelo menos como projeto, reproduzia o modelo centralizador imperial. Assim, enquanto na Corte Localizava-se a sede, nas províncias deveria haver os respectivos institutos regionais. Estes, por sua vez, enviariam documentos e relatos regionais para a capital.

(DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010 (adaptado).)

De acordo com o texto, durante o reinado de D. Pedro II, o referido instituto objetivava

- (A) construir uma narrativa de nação.
- (B) debater as desigualdades sociais
- (C) combater as injustiças coloniais.
- (D) defender a retórica do abolicionismo.
- (E) evidenciar uma diversidade étnica.

9. Nas décadas de 1860 e 1870, as escolas criadas ou recriadas, em geral, previam a presença de meninas, mas se atrapalhavam na hora de colocar a ideia em prática. Na província do Rio de Janeiro, várias tentativas foram feitas e todas malsucedidas: colocar rapazes e moças em dias alternados e, em 1874, em prédios separados. Para complicar, na Assembleia, um grupo de deputados se manifestava contrário ao desperdício de verbas para uma instituição “desnecessária”, e a sociedade reagia contra a ideia de coeducação.

(VILLELA, H. O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003 (adaptado).)

As dificuldades retratadas estavam associadas ao seguinte aspecto daquele contexto histórico:

- (A) Formação enciclopédica dos currículos.
- (B) Restrição do papel da mulher à esfera privada.
- (C) Precariedade de recursos na educação formal.
- (D) Vinculação da mão de obra feminina às áreas rurais.
- (E) Oferta reduzida de profissionais do magistério público.

10. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber, a todos os nossos súditos, que a Assembleia Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

(Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 8 ago. 2014 (adaptado).)

Considerando a conjuntura histórica, o ordenamento jurídico abordado resultou na

- (A) mercantilização do trabalho livre.
- (B) retração das fronteiras agrícolas.
- (C) demarcação dos territórios indígenas.
- (D) concentração da propriedade fundiária.
- (E) expropriação das comunidades quilombolas.

Gabaritos

1. **D**

Para consolidar a nova imagem política do país, que era a república, as instituições educativas construíram uma representação do império que fosse considerada ultrapassada.
 2. **B**

Os dados recentes sobre a questão do analfabetismo são reflexo de um processo de abolição da escravidão sem a tomada de medidas necessárias para integrar os libertos e os seus descendentes a sociedade de forma plena.
 3. **B**

Existem diversas teorias históricas sobre a Guerra do Paraguai, a mais recente, entende que o conflito na Bacia do Prata foi fruto dos interesses nacionais de cada país na região.
 4. **D**

Embora o texto afirme que diversas medidas foram tomadas para reparar a população liberta dos Estados Unidos, é importante contextualizar que tal processo ocorreu em uma escala pequena. No geral, assim como no Brasil, os libertos e seus descendentes não foram plenamente integrados a sociedade após o fim da escravidão.
 5. **B**

Os cafeicultores do Vale do Paraíba, em geral, eram contra o movimento abolicionista porque não queriam renunciar à sua principal mão de obra, os escravizados africanos e seus descendentes. A aceitação da abolição para esses senhores de terra estava condicionada a concessão de indenizações do governo.
 6. **A**

Na segunda metade do século XIX, a formação de quilombos urbanos, como o caso citado no texto, foi uma das principais formas de resistência a escravidão.
 7. **E**

O quadro “A redenção de Cam” representa o ideal de embranquecimento da sociedade brasileira ao retratar três gerações de uma mesma família, mostrando como o envolvimento com pessoas brancas promoveria o apagamento dos traços negros da população de forma gradual.
 8. **A**

O fortalecimento e o investimento no IHGB correspondem aos esforços do Segundo Reinado para a construção de símbolos e narrativas nacionais que auxiliassem na formação de uma identidade nacional; portanto, o conhecimento das regiões era um fator essencial na construção de um ideal de nação.
 9. **B**

O trecho destacado aponta que havia um desinteresse em criar espaços de educação pública para as meninas, e isso mostra como a sociedade do período, patriarcal, acreditava que o estudo para mulher era um desperdício, já que o seu local era a esfera privada.
-

10. D

A Lei de Terras, aprovada em 1850, aprofundou o processo de concentração fundiária no Brasil, por dificultar o acesso à terra por parte da população pobre, imigrante e ex-escravizada, uma vez que determinou que o seu acesso só se daria através da compra.
